



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0142679-7/02

COMARCA : Olinda – Tribunal do Júri
EMBARGANTE : José Romero Gonçalves Carieli
EMBARGADO : Terceira Câmara Criminal do TJPE
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

090

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO A SER SANADA. EMBARGOS REJEITADOS.

I. – Inadmissível o acolhimento dos embargos de declaração que visam o reexame da tese de legítima defesa e a de excesso no exercício da legítima defesa, já apreciadas nos embargos primitivos, incorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 619, do Código de Processo Penal.

II – Embargos rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 0142679-7/02**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em rejeitar os embargos**, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente / Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0142679-7/02

091

COMARCA : Olinda – Tribunal do Júri
EMBARGANTE : José Romero Gonçalves Carieli
EMBARGADO : Terceira Câmara Criminal do TJPE
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

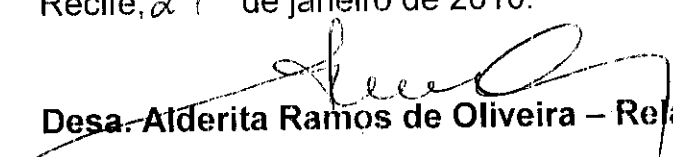
José Romero Gonçalves Carieli, mediante advogada legalmente habilitada, opôs tempestivos Embargos Declaratórios (fls. 02/05), insurgindo-se contra a decisão colegiada proferida nos autos dos Embargos de Declaração nº 142679-7/01, em apenso, os quais foram parcialmente acolhidos, sob a alegação de nova omissão na referida decisão por não apontar quais as omissões supridas.

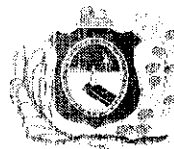
Alega, ainda, a persistência das contradições anteriormente apontadas, vez que a decisão contraria as provas dos autos e, ainda, omissão no que pertine ao reconhecimento ou não de ter o embargante agido sob violenta emoção, excedendo-se nos atos de defesa.

Pugna, ao final, pelo acolhimento dos presentes embargos, para que sejam sanadas as omissões e contradições apontadas.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

032

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0142679-7/02

COMARCA : Olinda – Tribunal do Júri
EMBARGANTE : José Romero Gonçalves Carieli
EMBARGADO : Terceira Câmara Criminal do TJPE
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Cuida-se de novos embargos de declaração onde o embargante insiste em alegar a existência de omissão no julgado por não ter apontado quais as omissões foram supridas, bem como a persistência das contradições anteriormente levantadas, vez que a decisão contraria as provas dos autos e, ainda, omissão relativamente ao reconhecimento ou não de ter o embargante agido sob violenta emoção, excedendo-se nos atos de defesa.

O acórdão exarado nos embargos de declaração nº 0142679-7/01, ora embargado, encontra-se assim redigido:

“PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. RECONHECIMENTO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA APRESENTADA. INEXISTÊNCIA. FIXAÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRADIÇÃO. APLICAÇÃO DAS QUALIFICADORAS E AFASTAMENTO DA ATENUANTE PREVISTA NO § 1º DO ART. 121, DO CÓDIGO PENAL EM DESCONFORMIDADE COM AS PROVAS EXISTENTES NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

I – Impossível o exame da tese de legítima defesa quando a própria defesa a afastou quando das razões recursais.

II – Descabe reforma da decisão que estabelece o quantum da pena base acima do mínimo legal devidamente fundamentada, em observância aos critérios previstos no art. 59, do Código Penal.

III – Não há contradição no acórdão que, analisando pedido de afastamento das qualificadoras e reconhecimento da atenuante prevista no § 1º do art. 121, do Código Penal, os rejeita com base nas provas existentes nos autos, não cabendo, nessa via recursal, a reapreciação de tais pedidos.

IV – Embargos acolhidos em parte. Decisão unânime.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

093

Por ocasião do julgamento dos primeiros embargos, foi enfrentada e rejeitada a tese de legítima defesa, visto não ter amparo nas provas dos autos, conforme se vê às fls. 16 dos Embargos Declaratórios nº 0142579-7/01, enfrentamento esse implicitamente feito no julgamento da apelação, e explicitado no julgamento dos primeiros embargos.

É exatamente no enfrentamento explícito desse argumento (o da legítima defesa) que a decisão daqueles embargos supriu a omissão do acórdão proferido na apelação.

Demais disso, impõe-se não perder de vista que o julgado não se limita ao contido na ementa que, por óbvio, é um extrato do quanto apreciado no julgamento, deste fazendo parte o voto do Relator, além das notas taquigráficas, tal como se contém no acórdão de fls. 12/13 dos embargos primeiros.

Vê-se, pois, que as omissões apontadas nos embargos primitivos, quais sejam, falta de apreciação do pedido de reconhecimento da ocorrência de legítima defesa e fixação da pena no mínimo legal, foram efetivamente analisadas por ocasião de seu julgamento, não havendo, pois, que se falar em nova omissão.

No que se refere à alegada persistência das contradições anteriormente levantadas, ao argumento de que a decisão contraria as provas dos autos e, ainda, omissão relativamente ao reconhecimento ou não de ter o embargante agido sob violenta emoção, excedendo-se nos atos de defesa, é forçoso concluir que o embargante objetiva ver reapreciada matéria já decidida por esta Terceira Câmara Criminal tanto no julgamento da apelação quanto nos embargos de declaração nº 0142679-7/01, o que não é permitido na via eleita.

Nesse sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. (...) 4. Os segundos embargos de declaração devem apontar vícios supostamente surgidos no julgamento dos aclaratórios anteriores, não sendo devida a mera repetição de fundamentos por força da preclusão consumativa. Precedentes da Corte Especial e da Primeira Seção. (...) 6. Embargos de declaração rejeitados."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

094

(EDcl nos EDcl no REsp 869.963/SP, Relatora Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 02/04/2009 e publicado no DJ de 04/05/2009).

É de elementar conhecimento que “**desacordo com a prova existente nos autos**” não se confunde com contradição no julgado.

Contrariedade da decisão em face das provas dos autos e o não reconhecimento de que o acusado “agiu sob o domínio de violenta emoção”, este último argumento também dizente a apreciação de prova, porque matéria de fato, não podem ser novamente apreciados em sede de embargos de declaração, que não tem esse escopo.

Uma simples leitura do artigo 619, do Código de Processo Penal é suficiente para se concluir que os embargos somente podem ser opostos quando houver na sentença ou acórdão, ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão, que não é o caso em comento.

Por oportuno, vale esclarecer que, pretendendo o apelante, ora embargante, ver reapreciada a matéria agitada em suas razões de apelação, poderá fazê-lo pela via dos recursos especiais, perante os Tribunais Superiores.

Isto posto, ante a ausência de qualquer das hipóteses previstas no art. 619¹, do Código de Processo Penal, **rejeito os presentes embargos de declaração.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

¹ **Art. 619.** Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.